

08.Novembro.2011 – 15h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)

Recebido por: Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Assunto: Proposta de Orçamento do Estado para 2012

Exposição: O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) estava representado pelo seu Presidente e mais 13 reitores.

O Presidente do CRUP entregou um memorando sobre a matéria, que foi imediatamente distribuído aos deputados e está disponível na [página da Comissão](#). Referiu depois, em síntese, que o regime constante do artigo 43.º da Proposta de Lei do Orçamento do Estado (OE) para 2012, exigindo que as contratações de trabalhadores para as universidades sejam precedidas de despacho favorável dos Ministros da Educação e Ciência e do Ministro das Finanças, configura uma limitação à autonomia daquelas instituições e restringirá o desenvolvimento das suas actividades, particularmente nas áreas de investigação, com efeitos na qualidade das universidades.

Salientou ainda que se tem verificado um decréscimo de contratação de docentes nas universidades, referindo os números correspondentes ao período de 1.7.2010 a 30.6.2011, constantes do memorando entregue.

Interveio depois o deputado Manuel Meirinho (PSD), que questionou a hierarquia entre as questões colocadas no memorando e equacionou as verbas atribuídas às várias escolas e a reorçamentação, nomeadamente em relação às receitas próprias. Evidenciou ainda a necessidade de manutenção do controlo político nas contratações, não pondo, no entanto, em causa a autonomia das universidades e o seu poder concorrencial.

O deputado Carlos Enes (PS) referiu que os cortes para 2012 das dotações a atribuir às universidades são superiores a 13% e que quase 90% das despesas das universidades estão adstritas a remunerações de pessoal, questionando o Presidente do CRUP sobre qual o panorama que prevê, nomeadamente no âmbito orçamental e em termos de apoio social. No que se refere ao regime dos artigos 42.º e 43.º da Proposta do OE, mencionou que configura uma revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que a Constituição da República Portuguesa consagra a autonomia das universidades, tal como outros direitos, nomeadamente a gratuidade do acesso ao ensino superior. Salientou ainda que a rede de estabelecimentos de ensino não tem vindo a ser vista como uma rede, mas antes como universidades autónomas, que concorrem entre si e salientou que o PCP discorda da política geral dos vários Governos de diminuição global das verbas para o sector público.

A deputada Ana Drago (BE) fez referência aos cortes que se têm vindo a verificar desde 2005 no ensino superior e na investigação e questionou a sustentabilidade do OE 2012 e os efeitos da diminuição de verbas na capacidade instalada das universidades, particularmente a nível de projectos e investigação. Mencionou ainda a redução de 10% dos bolseiros e o desinvestimento na acção social, salientando o anúncio de um novo modelo de financiamento para as universidades anunciado na proposta do OE.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) salientou que está em causa um esforço exigido a todo o sector público para cumprimento das obrigações internacionais e mencionou a colaboração que as universidades têm vindo a dar. Referiu ainda que perante a troika tem de se mostrar que o esforço é geral, mas há a hipótese de se reponderarem as medidas excepcionais, desde que se compaginem com o memorando com aquela entidade.

De seguida interveio o Presidente do CRUP e os reitores de várias universidades, que salientaram que têm vindo a acomodar-se às limitações e que, por um lado são iguais ao restante sector público, mas por outro são diferentes, atenta a sua autonomia e a Proposta de Lei do OE 2012 põe isso em causa. Manifestaram solidariedade, tendo evidenciado que estão colaborantes na resolução do problema, mas entendem que a diminuição de autonomia pode fazer perder a situação específica das universidades e que as limitações às contratações gerarão diminuição da resposta das mesmas, quando a investigação, a inovação e o conhecimento avançado são essenciais para sair da crise, sendo aquelas entidades fundamentais para isso. Referiram também que o ensino superior não é tratado no memorando da troika como um problema e que as entidades com má gestão são tratadas de forma idêntica às que tiveram boa gestão, como é o caso das universidades. Aludiram ainda à necessidade de revisão da rede de ensino superior e de concentração nesse objectivo, manifestando-se abertos à implementação de formas de monitorização da gestão das universidades, mas sem se limitar a sua autonomia.

A reunião foi gravada em registo áudio, que está disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 8 de Novembro de 2011

A assessora,
Teresa Fernandes